

Necessidades em saúde da população negra LGBTQIAPN+ residente em uma ocupação urbana

Rafael Mello da Silva¹

Alexandre do Nascimento Almeida²

Resumo: A promoção da equidade e inclusão na saúde são uma prioridade global. Nesse contexto, a escassez de pesquisas que investiguem demandas específicas, como as da população negra LGBTQIAPN+ que habita ocupações urbanas, é especialmente significativa, dada a complexidade da intersecção de fatores que moldam as experiências em saúde desses indivíduos. O objetivo deste estudo foi analisar as necessidades em saúde da população negra LGBTQIAPN+ residente em ocupações urbanas. Adicionalmente, pretendeu-se refletir sobre como dados coletados neste contexto podem influenciar políticas públicas. Para tal, investigaram-se as complexidades da interseccionalidade de gênero e raça e sua relação com os mecanismos sociais de cuidado. Com uso de abordagem qualitativa, o estudo incluiu inserção etnográfica e a realização de entrevistas individuais semiestruturadas com quatro residentes de uma ocupação urbana em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Para a análise dos dados, a análise temática (AT) reflexiva foi adotada como arcabouço teórico-metodológico. A partir da análise indutiva dos dados, a AT permitiu a identificação de quatro temas centrais: ocupação com moradia; vulnerabilidade socioeconômica; gênero, sexualidade e raça; e políticas públicas. Cada tema gerou a identificação de subtemas de caráter analítico, os quais se relacionam à saúde mental dos moradores da ocupação. Este estudo pode contribuir para fortalecer e qualificar abordagens de pesquisa e levantamentos estatísticos que envolvam comunidades em situação de moradia irregular, bem como para promover a visibilidade de temas relacionados a gênero, raça e saúde numa perspectiva interseccional.

Palavras-chave: Ocupação. Gênero. Raça. Interseccionalidade. Saúde.

¹ Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde (UFCSPA). E-mail: rmello2000@msn.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9765942802091042>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0439-5567>.

² Doutor em Letras (Linguística Aplicada) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde (UFCSPA). E-mail: alexandrea@ufcspa.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4975589765333033>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4485-9944>.

A saúde da população negra LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, pessoas não binárias e outras identidades de gênero e orientações sexuais não normativas) tem sido objeto de preocupação por parte de profissionais e pesquisadores, devido a desigualdades sociais e raciais que afetam o acesso aos serviços de saúde e causam o desenvolvimento de doenças específicas. No Brasil, assim como em diversos países, as minorias étnicas e de gênero enfrentam barreiras para obter cuidados de saúde adequados e experienciam altos níveis de discriminação e marginalização (Vianna, 2015).

Embora existam estudos que abordem a saúde da população LGBTQIAPN+ em geral, poucos se concentram especificamente nas experiências e nos desafios enfrentados pela comunidade negra nesse grupo. A interseccionalidade entre identidade de gênero, orientação sexual e raça cria experiências únicas e complexas para pessoas negras LGBTQIAPN+, porém essa complexidade muitas vezes não é adequadamente abordada na pesquisa e na prática clínica (Salis; Salis; Ercolin, 2022). A interseccionalidade torna-se, portanto, uma ferramenta teórico-metodológica essencial para compreender a inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado (Akotirene, 2018) como sistemas integrados de opressão. Essa abordagem reconhece que grupos marginalizados enfrentam desafios complexos devido à interconexão e sobreposição de questões de gênero, raça e classe fundamentadas em um paradigma colonial moderno.

Decenalmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza uma síntese de indicadores abordando demografia, trabalho, família e grupos populacionais específicos, como crianças, jovens, mulheres e idosos, acompanhada por análises breves (IBGE, 2024). No entanto, faltam a inclusão de dados segmentados por identidade de gênero (com foco nas variáveis gênero e orientação sexual),³ a

³ O IBGE em suas pesquisas censitárias considera exclusivamente o sexo biológico, atribuído no nascimento.

quantificação e classificação de residentes em moradias irregulares (ocupações), bem como a articulação de gênero e raça e sua relação com a habitação. Estudos têm demonstrado que indicadores desagregados pouco contribuem para enfrentar as desigualdades de gênero e raça no acesso à moradia (Nery, 2023). Esses dados integrados poderiam guiar políticas públicas para a comunidade LGBTQIAPN+, revelando como diferentes formas de discriminação racial e de gênero interagem e limitam oportunidades.

A importância dessas informações para a formulação de políticas públicas e a promoção da igualdade é crucial. Políticas públicas de saúde que consideram questões de gênero e raça, bem como a população LGBTQIAPN+ especificamente, são essenciais para promover a igualdade e a equidade no acesso aos serviços de saúde. A noção de saúde como um direito coletivo e os princípios orientadores do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil são apresentados como base conceitual; além disso, ressalta-se a importância de leis e políticas específicas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSI-PN (Brasil, 2009) e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNSI-LGBT (Brasil, 2013). Ambas são fundamentais para combater injustiças e promover a equidade. Porém, ainda se observa a necessidade da efetivação de políticas públicas inclusivas que articulem indicadores como gênero e raça na análise de desigualdades (Andrade; Pinto, 2020), especialmente quando se trata do corpo negro LGBTQIAPN+.

Em áreas urbanas, pessoas negras LGBTQIAPN+ moldam e reconfiguram constantemente as formas de vida, operando em redes solidárias para enfrentar a discriminação racial e outras violências, tornando a vida urbana mais complexa e diversificada. O precário acesso à moradia urbana aumenta a vulnerabilidade e a iniquidade em saúde, em especial de pessoas que residem em espaços ocupados (Almeida *et al.*, 2020). Embora seja usada a denominação “aglomerados subnormais” em pesquisas do IBGE para descrever áreas de ocupação irregular, seus moradores não utilizam essa designação para se referir aos lares que habitam. É importante considerar a

perspectiva dos residentes e, assim, utilizar o conceito de “ocupação” para descrever os lares em situação de vulnerabilidade, enfatizando que essa situação é o que confere uma identidade específica a essas áreas, sem ignorar sua diversidade (Goes *et al.*, 2021).

Logo, a coleta de dados com informações reais e completas, concatenados com o cruzamento de políticas específicas, reconhece que pessoas negras LGBTQIAPN+ enfrentam desafios e discriminação adicionais devido à intersecção de sua identidade racial e de gênero/sexualidade. Embora existam pesquisas sobre o caráter social e político das ocupações (Quintans; Silva; Sobrinho, 2022; Faganello; Guedes, 2023), observam-se ainda lacunas existentes em dados demográficos e científicos, especificamente em relação a populações residentes em ocupações urbanas, com destaque especial a pessoas negras LGBTQIAPN+. Portanto, entender as necessidades em saúde dessa população específica torna-se crucial para a efetivação de políticas públicas como a PNSI-PN e a PNSI-LGBT.

Considerando o uso polissêmico da expressão “necessidades em saúde” (Freitas; Flores; Camargo Jr., 2022), destacam-se alguns pressupostos que embasam o uso do conceito neste artigo. Há uma dimensão relacionada aos direitos sociais fundamentais para o exercício da cidadania, dentre os quais incluem-se moradia, lazer, trabalho e acesso a todos os níveis de atenção em saúde (Carnut; Ferraz, 2021). Além disso, boas condições de vida, a criação de vínculos afetivos e efetivos, o acesso à tecnologias de saúde que contribuam para melhorar a vida e o desenvolvimento da autonomia constituem sentidos que reforçam a atemporalidade e a permanência dessa expressão (Winckler; Zioni; Johnson, 2021).

Com base neste pressuposto teórico, esta pesquisa teve por objetivo analisar as necessidades em saúde de pessoas negras LGBTQIAPN+ residentes em ocupações, proporcionando visibilidade para questões específicas enfrentadas por essa população. Procurou-se, ainda, refletir sobre como dados gerados em ocupações urbanas podem contribuir para a efetivação de políticas públicas censitárias e de saúde inclusivas.

Estratégias metodológicas

Nesta pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para gerar dados sobre as experiências de saúde e bem-estar da população negra LGBTQIAPN+ que reside em uma ocupação urbana na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Foram realizadas entrevistas individuais com moradores maiores de dezoito anos, autodeclarados negros e LGBTQIAPN+, que residiam na ocupação por pelo menos seis meses antes do início da geração de dados. Para anonimização dos dados, os pseudônimos usados nesta pesquisa foram escolhidos pelos próprios participantes, os quais consideraram que suas escolhas ressaltam alguns aspectos do processo de autodescoberta de identidade de gênero e sexualidade, bem como de sua autoaceitação.

O projeto de pesquisa foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFCSPA) sob Parecer n. 4.271.859. O contato com os moradores foi estabelecido por abordagem direta, após a obtenção do termo de anuência do responsável pelo local e a realização de inserção etnográfica do primeiro autor na ocupação, pela qual foi possível compreender com mais profundidade o contexto de pesquisa. Desde 2018 a ocupação constituía um espaço de refúgio para pessoas LGBTQIAPN+ pobres e racializadas, estando localizada na fronteira entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, na zona central de Porto Alegre. Este espaço abrigava, na época da geração de dados, oito moradores que se engajavam em atividades como performances artísticas, debates e rodas de conversa sobre temas como gênero, raça e direito à cidade. Ainda que o prédio da ocupação apresentasse sinais de degradação, observou-se que a ocupação representava uma referência cultural, social e política para seus moradores.

Todos os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido antes da geração de dados. As entrevistas foram realizadas durante o mês de outubro de 2021 e duraram em média 45 minutos cada. Como as entrevistas ocorreram na

modalidade presencial durante o período da pandemia de Covid-19, todos os cuidados necessários foram tomados para garantir a biossegurança dos participantes durante a geração dos dados, incluindo o uso de máscaras e de álcool em gel. O perfil dos participantes desta pesquisa, a partir de sua autodeclaração, pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa

Participante	Idade	Gênero	Escolaridade	Raça/Cor
Dianna	37 anos	Pessoa não binária	Ensino superior completo	Preta
Manu	27 anos	Mulher trans	Ensino superior incompleto	Preta
<u>Ellu</u>	31 anos	Homem trans	Ensino superior incompleto	Preto
Junior	31 anos	Pessoa não binária	Ensino superior incompleto	Preta

Fonte: Elaboração própria (2024).

Apenas quatro residentes preencheram os critérios de elegibilidade para participação no estudo, em virtude do contexto pandêmico e das características específicas da ocupação. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra. Para a análise dos dados, foi adotada a análise temática (AT) reflexiva proposta por Braun e Clarke (2012; 2019). A AT é uma abordagem teórico-metodológica que propicia a identificação de padrões de sentido (temas) recorrentes nos dados, com base no processo inicial de codificação. Nesta pesquisa foram seguidas as seis etapas da AT: familiarização com os dados; geração inicial de códigos; revisão dos códigos e busca pelos temas; revisão dos temas; definição de temas e subtemas; produção de relatório. O processo de geração dos códigos seguiu uma abordagem indutiva (*bottom-up*), baseada nos dados.

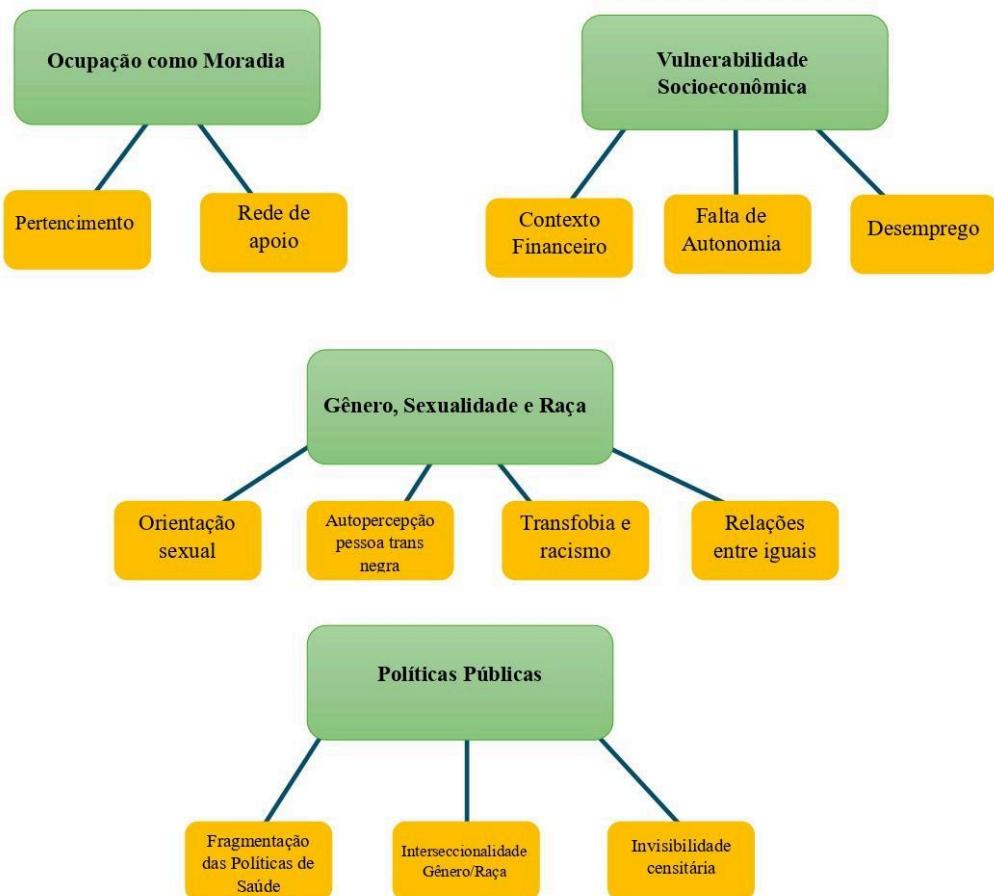
Resultados

A análise temática reflexiva dos dados gerou inicialmente 26 códigos, os quais, após revisados e agrupados semanticamente, formaram quatro grandes temas: ocupação como moradia (dois subtemas); vulnerabilidade socioeconômica (três subtemas); gênero, sexualidade e raça (quatro subtemas); políticas públicas (três subtemas). Os temas e subtemas foram organizados em um mapa temático (Figura 1), o qual reflete as experiências e os desafios enfrentados pela população negra LGBTQIAPN+ na ocupação.

O mapa temático pode ser entendido como uma representação visual das combinações e considerações feitas no momento da definição de temas em diferentes níveis a partir dos códigos gerados, num processo reflexivo de análise dos dados (Braun; Clarke, 2019). É importante ressaltar que, no arcabouço da AT, os temas devem ser entendidos como inter-relacionados, pois revelam padrões de sentido que emergem da totalidade dos dados gerados. Esses temas não podem ser compreendidos de maneira independente entre si.

Os quatro temas e seus respectivos subtemas são apresentados nas subseções a seguir, com apoio de alguns excertos analíticos extraídos dos dados transcritos e, adicionalmente, de notas de campo geradas a partir da inserção etnográfica na ocupação.

Figura 1 – Mapa temático



Fonte: Elaboração própria (2023).

Ocupação como moradia

A ocupação como moradia para pessoas negras LGBTQIAPN+ refere-se ao ato de habitar um espaço, muitas vezes abandonado ou desabitado, por corpos em busca de moradia adequada. A ocupação de referência surgiu como resposta à falta de acesso à compra da casa própria ou ao aluguel formal e informal, devido a desigualdades econômicas e sociais. É um espaço de gente preta, onde se conversa diariamente sobre maneiras de fortalecer o círculo, a atividade de pessoas não brancas, negras e indígenas, com foco na autonomia da própria comunidade e não querendo, com base no

entendimento dos participantes desta pesquisa, o *servilismo* de nenhuma forma, *muito menos para gente branca*.

A ocupação pesquisada neste trabalho possui todas as características abarcadas pelos movimentos sociais, que corroboram que o uso de imóveis abandonados deve ter uma função social pela população que o ocupa, neste caso a população negra LGBTQIAPN+. Dessa maneira, os projetos e as atividades realizadas na residência pela população como forma de resistência e luta pelos seus direitos propiciam uma organização o mais horizontal possível. Os dados desta pesquisa revelam a satisfação dos participantes em habitarem o espaço, principalmente por considerarem a ocupação um local de acolhimento. O fato de serem residentes de uma ocupação, contudo, nem sempre é bem-visto por outras pessoas:

[...] as pessoas te olham por estar numa ocupação, mas tirando isso... é tipo o que eu tinha antes talvez hoje eu não tenha, mas eu estou satisfeita. (Dianna)

Como subtemas relacionados à ocupação como moradia, emergiram nos dados padrões de sentido associados a *pertencimento* e *rede de apoio*. O *pertencimento* é entendido como aspecto fundamental da experiência humana, que influencia identidades, conexões sociais e bem-estar emocional. O desejo de pertencer a um grupo é inerente à socialização humana e pode abranger uma variedade de contextos, desde relações familiares e de amizade até identificações culturais, étnicas, religiosas e comunitárias. O pertencimento a um grupo desempenha um papel central na formação da identidade e no desenvolvimento de relações sociais:

[...] é diferente em Viamão, não tem nada que... que possa me incluir. E em Porto Alegre eu acho que as pessoas são muito mais unidas. (Manu)

No caso dos participantes deste estudo, o pertencimento oferece benefícios significativos para o bem-estar emocional, desenvolvimento pessoal e suporte social,

aspectos relacionados à saúde mental dos moradores. No entanto, também é importante reconhecer e abordar os desafios envolvidos, como exclusão e conformidade excessiva. Promover um ambiente de aceitação inclusiva, comunicação aberta e celebração da diversidade é essencial para cultivar um senso saudável de pertencimento dentro de grupos diversos:

[...] e a principal vantagem que eu fui acolhida e não tem assim... eu não enxergo desvantagens no momento. (Manu)

A rede de apoio é crucial para fornecer suporte emocional, recursos práticos e defesa de direitos. Moradores de ocupações muitas vezes enfrentam desafios como falta de moradia adequada, acesso limitado a serviços básicos e questões legais. Uma rede de apoio bem estruturada pode ajudar a enfrentar esses desafios e melhorar a qualidade de vida dos moradores:

[...] e te dizer assim que também morar sozinho nessa situação que está acontecendo, da pandemia, a parte emocional está sendo bastante importante. (Dianna)

Através de uma perspectiva baseada em suas vivências, os dados desta pesquisa destacam a necessidade de os participantes cuidarem uns dos outros e de si próprios, revelando a importância de priorizar o bem-estar pessoal para efetivamente contribuir para o bem-estar coletivo. Os dados apontam para o apoio mútuo entre os moradores, o afastamento máximo da ideia de institucionalizar desejos, a mobilização de viver e criar outros universos possíveis fora do ideal do capital. Além disso, a comunicação é apresentada como um espaço de cura, uma ferramenta para romper com o ciclo de silenciamento que muitas vezes permeia as experiências individuais:

[...] eu acho que cada um faz sua escolha, cada um... olha a sociedade, ela tem causa e culpa, mas o vitimismo comigo não funciona. (Dianna)

Vulnerabilidade socioeconômica

A partir da análise dos dados, é evidenciado como as barreiras socioeconômicas, muitas vezes exacerbadas por preconceito e discriminação, afetam de maneira desproporcional moradores negros LGBTQIAPN+ em ocupações urbanas. Se a realidade já impõe desafios, a pandemia de Covid-19 aprofundou ainda mais essas desigualdades e injustiças. Os resultados apontam para a interligação entre a identidade de gênero, orientação sexual e a falta de recursos econômicos, resultando em uma situação de vulnerabilidade complexa. Foram observados nos dados padrões de sentido relacionados a desafios como acesso limitado a empregos formais, setores prejudicados pela pandemia como serviços e eventos, bem como a perda de benefícios sociais e acadêmicos. Além disso, a pesquisa destaca como a discriminação múltipla que os moradores da ocupação enfrentam leva a um ciclo de exclusão social e econômica, já que acreditam que padrões cis-heteronormativos oferecem garantia de empregabilidade. Dentro do tema vulnerabilidade socioeconômica, emergiram três subtemas, sendo eles: *falta de autonomia, desemprego e contexto financeiro*.

A *falta de autonomia* é frequentemente resultado da vulnerabilidade socioeconômica. Condições precárias de renda, educação e acesso a recursos básicos restringem a capacidade das pessoas de tomar decisões e controlar suas vidas de maneira independente. Essa vulnerabilidade cria uma dependência de sistemas de suporte externos e limita a liberdade de escolha, perpetuando ciclos de desigualdades e marginalização. A problemática de não ter a garantia do próprio sustento cria a angústia de não saber como será o dia de amanhã, e os questionamentos sobre quais serão as próximas dificuldades que ainda estão por vir fazem da ocupação uma solução para essas pessoas:

[...] pra eu residir na, na ocupação como eu estou com nesse momento de pandemia, estou sem trabalho, então assim é o custo... é o mais importante assim né. (Dianna)

A presença de situações de *desemprego* ou renda instável é uma realidade que se destaca entre os moradores: poucos deles atualmente estão empregados, porém recebendo salários baixos. Essa situação é frequentemente atribuída à falta de qualificação e oportunidades no mercado de trabalho, já que o preconceito é dirigido com base na orientação sexual e/ou identidade de gênero. Ainda que a totalidade dos participantes tenha acessado o ensino superior, revelou-se que o trabalho informal é a principal fonte de renda para as pessoas trans entrevistadas, e, de fato, alguns dos participantes afirmaram que atividades artísticas e noturnas (como *freelancers* em bares e casas noturnas) são opção de sustento para eles. O desemprego emergiu como associado à vivência como pessoa LGBTQIAPN+:

[...] no momento, depois que eu fiquei desempregada e que eu me assumi, eu tive que sair da casa dos meus pais e ir pra uma ocupação. (Manu)

Em relação ao *contexto financeiro*, apresentam-se dificuldades em gerar e gerir proventos para garantia de aquisição de bens, e até mesmo para mudar suas situações de vida. Isso ocorre devido à falta de contato com parentes, à impossibilidade de acesso a financiamentos como empréstimos e outras modalidades financeiras, além da própria pandemia. Mesmo com poucos benefícios governamentais (como o Auxílio Emergencial⁴ na pandemia), as oportunidades escassas afetaram negativamente a qualidade de vida de alguns moradores, levando a limitações físicas, emocionais e cognitivas. As preocupações financeiras constantes e a luta para atender às necessidades básicas, como moradia, alimentação e cuidados de saúde, aumentam significativamente

⁴ Auxílio financeiro criado pelo Governo Federal em 2020, visando mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19 no Brasil.

os níveis de estresse e afetam a saúde mental dos moradores. O contexto financeiro destacou-se como motivo pela busca da ocupação:

[...] A vantagem é mais pela [tsc] o gasto, a economia... e os motivos foram mais financeiros também né, que levaram a procurar uma ocupação. (Junior)

Gênero, sexualidade e raça

Na ocupação, todos os moradores têm consciência física e social de seus corpos pretos. Há corpos transexualizados, corpos não binários, corpos bem resolvidos dentro de suas sexualidades e em processos de autoaceitação. Inclusive essa é uma premissa do lar, a (trans)resistência e a (trans)existência, nunca esquecendo da sua negritude, sendo espaço exclusivo para *dissidents*⁵ de gênero e sexualidade. A intersecção desses três conceitos – gênero, sexualidade e raça – cria experiências únicas e complexas para as pessoas e pode influenciar as experiências, desafios e oportunidades vivenciadas por esses indivíduos. Os subtemas relativos a este tema foram definidos como *orientação sexual, autopercepção como pessoa trans negra, transfobia e racismo e relações entre iguais*.

Em relação à *orientação sexual*, a descoberta e aceitação podem ser processos complexos para qualquer pessoa, e a intersecção com a identidade racial pode adicionar camadas suplementares a essa jornada e tornar necessário negociar múltiplas identidades ao mesmo tempo. A orientação sexual refere-se à atração emocional, romântica e/ou sexual que uma pessoa sente em relação a outras; faz parte da identidade de alguém e envolve relacionamentos e/ou parceiros pelos quais ela sente atração. Os marcadores raciais são essenciais para uma compreensão abrangente das experiências da população negra LGBTQIAPN+, já que essas pessoas não são uniformes nem universais. Na ocupação, é observável que todos os residentes apresentam orientações

⁵ Nomenclatura dada pelos próprios moradores da ocupação aos corpos que rompem com as lógicas sexistas, cisgêneras e patriarcais.

sexuais bem delineadas, independentemente de suas identidades de gênero. Essas orientações e identidades de gênero transpõem a premissa cis-heteronormativa que rege as relações interpessoais, manifestando-se através da fluidez:

[...] eu não tenho um gênero, eu me eu me considero o que eu quiser, sou tanto ele, ela. Por isso eu sou o *elu*. (Dianna)

[...] ai, é assim? É [risos]. Às vezes eu gosto de homem, às vezes eu gosto de mulher... Não tem muita preferência assim mesmo. (Junior)

A *autopercepção como pessoa trans negra* é um processo intrincado e profundamente pessoal que envolve a intersecção complexa de identidades de gênero e raça. Os moradores entrevistados se identificam como pessoas trans ou não binárias negras, enfrentando uma jornada única na qual exploram, afirmam e celebram suas identidades autênticas em um contexto que muitas vezes é permeado por desafios e triunfos singulares. A autoidentificação como pessoa trans ou não binária negra representa a busca pela compreensão profunda e genuína do eu, transcendendo as limitações de definições tradicionais de gênero e raça:

[...] essas situações que a gente sofre de... ah... sofrer por causa da nossa identidade de gênero, ser tratada com os pronomes também... Isso afeta bastante na, na gente como pessoa, como ser humano. (Junior)

Os participantes da pesquisa apontaram que a mídia muitas vezes apresenta narrativas limitadas e estereotipadas das experiências LGBTQIAPN+ negras, destacando a necessidade de expressar e compartilhar suas histórias pessoais para redefinir essas narrativas e empoderar outras pessoas. As redes de apoio dentro da comunidade trans negra, bem como o envolvimento em ativismo, tornam-se um catalisador para a transformação social e a construção de um futuro mais inclusivo. No entanto, é reconhecível que a autopercepção como pessoa trans negra é altamente individualizada. Reconhecer-se trans, afrodescendente e residente de uma ocupação é

lutar persistentemente contra as questões internalizadas, contra o racismo, o machismo e a transfobia diária, o que também envolve aspectos intergeracionais:

[...] eu tenho uma afilhada minha que é um afilhado, que ele também é trans, né! E então eu vejo a diferença da minha geração com a dela. Ela... pra ela é tudo mais fácil. (Dianna)

As questões de *transfobia e racismo*, dentro da ocupação, são muito bem trabalhadas e dialogadas entre os residentes. Sabem que pessoas negras trans enfrentam uma discriminação dupla, sendo alvos tanto de discriminação racial quanto de transfobia. Isso pode resultar em barreiras adicionais em áreas como emprego, educação, acesso a cuidados de saúde e moradia. Porém, estão envolvidas em ativismo para combater a transfobia, promovendo a igualdade de gênero e raça, e criar espaços seguros e inclusivos. Ao serem indagados acerca de experiências de transfobia e preconceito, todos participantes compartilharam ter vivenciado algum grau de constrangimento em momentos específicos de suas trajetórias:

[...] preconceito? Ah sim, muitos. Piadas, risadas... já sofri sim, várias vezes inclusive. (Junior)

Um aspecto que emergiu com notável clareza foi o enfrentamento de situações vexatórias em serviços de saúde. A transfobia e o racismo interseccionados podem ter um impacto significativo na saúde mental das pessoas, levando a questões como ansiedade, depressão e isolamento social:

[...] eu tive que me esconder, eu tive que mentir, eu tive que chorar sozinha. (Dianna)

No que diz respeito a *relações entre iguais*, verificou-se, durante o período de levantamento dos dados da pesquisa, que as relações afetivas entre moradores trans da ocupação se baseavam em parceiros também trans. Isso ressalta que a relação entre

iguais se baseia no suporte mútuo e na similaridade entre os envolvidos. O conceito de *casal transcentrado* denota um arranjo relacional caracterizado pela presença de dois indivíduos trans engajados em um relacionamento afetivo. Tal configuração pode abranger tanto relações heterossexuais como homossexuais. A terminologia em questão emerge da própria comunidade trans da ocupação, carecendo de uma autoria singularmente atribuível. Esse conceito evidencia uma evolução nas dinâmicas relacionais dentro da comunidade, destacando a diversidade de conexões amorosas possíveis entre indivíduos que compartilham experiências identitárias. A ausência de um criador específico para a terminologia ressalta seu caráter orgânico, enraizado nas vozes e vivências coletivas da comunidade.

A emergência do termo *casal transcentrado* indica uma conscientização crescente sobre a importância de reconhecer e nomear configurações de relacionamento que refletem a complexidade das identidades trans. Essa terminologia não apenas oferece uma maneira de descrever essas relações, mas também contribui para a visibilidade e validação das experiências amorosas desses indivíduos. Essa percepção alcançada por alguns opera como um mecanismo de proteção eficaz, diante da probabilidade de seus corpos se tornarem suscetíveis a tentativas de aniquilação:

[...] quando era mais nova, novo, eu ah... eu fui doar sangue e me questionaram naquele momento se eu tinha relações homoafetivas e não deixaram doar sangue, eu achei isso meio... Enfim, tá! (Dianna)

Políticas públicas

Em relação às políticas públicas como unidade temática, emergiram os seguintes subtemas: *fragmentação das políticas de saúde; interseccionalidade gênero/raça; invisibilidade censitária*. Apesar de o tema políticas de saúde voltadas a populações específicas ser pauta constante, ainda assim encontra-se a perspectiva analítica interseccional pouco explorada, o que está aos poucos abrindo espaço para a

reflexão e construção da pluralidade de gênero e sexualidade pela própria população negra:

[...] na cidade que eu nasci tem muita precariedade, não tem muita... eles não fazem muito uso dessas políticas, não, sabe! (Junior)

Partindo dos marcos como a PNSI-PN e a PNSI-LGBT, fica o questionamento de por que os corpos negros que, além de subjugados pela sua cor, também são subjugados pela sua orientação sexual e identidade de gênero diante de uma concepção de saúde que tem preconizado os princípios de equidade, universalidade e integralidade. Ao serem questionados a respeito das políticas voltadas para grupos populacionais específicos, os participantes do estudo evidenciaram um nível reduzido de familiaridade:

[...] olha, eu acho que não funciona porque eu nunca ouvi falar nisso. Eu nem sabia que existia. (Ellu)

A *fragmentação das políticas de saúde* para a população negra LGBTQIAPN+ representa algo que os moradores revelam não saber da existência por dois motivos: o primeiro, pela dificuldade de integração entre essas duas políticas; o segundo, pela percepção de que faltam na administração pública pessoas gestoras com formação para trabalhar gênero, raça e sexualidade de maneira interseccional. Os serviços públicos de saúde precisam de profissionais que compreendam a influência dos diferentes marcadores que impactam na saúde da população negra LGBTQIAPN+. Essa qualificação inclui, por exemplo, atendimento especializado a pessoas trans devido a consequências da hormonização realizada sem orientação médica, mas inclui outros aspectos relacionados à saúde, incluindo saúde mental:

[...] acho que o Estado, o... a parte da saúde peca. Eu acho que não é só o meio GLBT, as causas, uma ganha mais espaço. Eu acho que o emocional de quem tá nesses grupos também precisa ser tratado. (Dianna)

Nos dados desta pesquisa, emergiu uma realidade na qual as pessoas em busca de assistência médica se deparam com uma abordagem fragmentada, que raramente integra gênero, raça e orientação sexual no cuidado:

[...] eu acho extremamente importante, mas ainda existe muita coisa que falha, né! (Junior)

Em relação à *interseccionalidade gênero/raça* no contexto da ocupação, isso implica reconhecer que seus moradores não são apenas pessoas LGBTQIAPN+, mas também pessoas negras e de baixa renda, cujas experiências são moldadas por essa complexa intersecção de identidades. Nesse sentido, a ocupação se torna um *espaço de fala* que possibilita a expressão das identidades multifacetadas dos residentes e a confrontação das opressões resultantes da intersecção entre identidade de gênero e raça. A interseccionalidade permite reconhecer o espaço de vulnerabilidade que inclui violência física, psicológica, social, sexual e institucional imposta aos moradores da ocupação devido à identidade de gênero e raça. Além disso, permite reconhecê-los como agentes protagonistas, capazes de compartilhar suas histórias, lutas e resistências e de refletir sobre a realidade que os cerca:

[...] Nessa inclusão das políticas públicas para população negra e LGBT. Algumas coisas ainda não funcionam e tal. (Junior)

No que concerne a *invisibilidade censitária*, é importante que as pessoas sejam incentivadas a autorreconhecerem suas especificidades, permitindo que sua autoidentificação seja respeitada nas pesquisas censitárias. Além disso, é fundamental que os dados coletados sejam utilizados de forma ética e responsável, protegendo a privacidade dos indivíduos e evitando o uso indevido para fins discriminatórios. Devido

à natureza das ocupações, que muitas vezes se configuram como assentamentos informais e improvisados, destoantes dos critérios estabelecidos para pesquisas censitárias, é comum que tais áreas sejam incluídas nos registros meramente por meio da contagem dos residentes, não havendo, em geral, a aplicação de questionários ou outras modalidades de coleta de dados informativos.

Nesse contexto, é notório que os residentes da ocupação investigada são submetidos a um processo de invisibilidade estatística, resultando na obscuridade de suas demandas em termos de saúde, direitos humanos e bem-estar social. Essa situação decorre do fato de que suas identidades – gênero e sexualidade – não encontram correspondência adequada nas opções de um questionário, sendo assim marginalizados e não considerados como parte integral da coletividade. Essa dinâmica se reflete na ausência de uma representação fiel de suas posições enquanto habitantes deste espaço, não sendo contempladas pelas alternativas de resposta disponibilizadas pelo instrumento de pesquisa utilizado, ou ainda, não sendo alvo das próprias pesquisas censitárias:

[...] como eu nunca passei por... pela essa pesquisa, eu não sei como te responder, mas eu acho que eu... eu vou falar uma coisa né, eu acho que gênero, opção sexual e cor não tem que aparecer. Eu acho que a gente tem que né, aparecer de uma outra forma. (Dianna)

Discussão

A análise apresentada aqui aborda como a decisão de residir em uma ocupação se dá pelo aumento do desemprego e pela escassez de políticas redistributivas que contribuem para o crescimento da vulnerabilidade socioeconômica. Sendo residentes em áreas urbanas coletivas, os moradores da ocupação analisada parecem ter níveis mais elevados de suporte social. A partir de uma reflexão sobre classe, gênero e raça, o estudo de Quintans, Silva e Sobrinho (2022) demonstra como mulheres negras periféricas constroem resistência coletiva na luta pelo direito à moradia, profundamente

afetado pela pandemia de Covid-19, mesmo período em que os dados do presente artigo foram gerados. As autoras corroboram, portanto, o entendimento de que as ocupações podem constituir espaços de participação social e resistência. Os dados aqui discutidos revelam como os moradores da ocupação, ao buscarem um empoderamento coletivo, apresentam níveis mais baixos de homo/transfobia internalizada, vitimização e ocultação da identidade de gênero e orientação sexual, mesmo diante de pouco apoio social e familiar.

Nesse sentido, percebe-se que o nível de saúde mental dos moradores da ocupação difere das condições clássicas de grupos minoritários (Paveltchuk; Damásio; Borsa, 2019). Diante de uma sociedade extremamente desigual, que se constituiu num ambiente racista e LGBTfóbico, percebem-se outros eixos de dominação, como o machismo e a dominação de classes (Akotirene, 2018). Assim, os dados desta pesquisa revelam a satisfação dos participantes em ocuparem o espaço, principalmente por considerarem a ocupação um local de acolhimento, mesmo que o fato de serem residentes de uma ocupação, contudo, nem sempre seja bem-visto por outras pessoas.

A questão de gênero é uma dimensão fundamental e complexa da identidade humana, indo além da dicotomia tradicional masculino/feminino e abrangendo uma ampla gama de identidades que podem variar de pessoa para pessoa. O conceito de gênero, inicialmente utilizado para analisar as diferenças entre homens e mulheres a partir de uma construção social sobre o corpo biológico, histórica e culturalmente situado e inserido em relações de poder (Scott, 1995), remete a um conjunto de papéis, comportamentos, atividades e expectativas socialmente construídos no interior de uma cultura tradicionalmente considerados apropriados para homens e mulheres. Entretanto, faz-se necessário destacar o entendimento contemporâneo de que gênero transcende categorias binárias e contempla pessoas de outras identidades de gênero para além da dicotomia masculino/feminino, bem como não ocorre de maneira independente de outros construtos sociais, tais como raça e classe social.

Apesar da constante abordagem nas pesquisas sobre a saúde de populações específicas, incluindo marcadores sociais como identidade de gênero e orientação sexual, a análise interseccional parece ainda pouco explorada, sendo necessário aprofundar o entendimento de como esses marcadores interagem com as experiências de pessoas negras. Essa reflexão surge a partir de políticas como a PNSI-PN e a PNSI-LGBT, as quais apresentam lacunas para que se pense de maneira integrada a saúde da população negra LGBTQIAPN+, dentre outras minorias. Isso levanta questionamentos sobre como corpos negros, além de enfrentarem subjugação racial, também lidam com subjugação em relação à orientação sexual e identidade de gênero, apesar dos princípios de equidade, universalidade e integralidade preconizados pelo SUS. Os dados desta pesquisa, portanto, permitem aprofundar o entendimento de que as ocupações urbanas, além de espaços coletivos de resistência, constituem espaços de representatividade (Nakano; Gonçalves, 2022).

As vivências de violência e discriminação ocorrem de maneira distinta para indivíduos que compartilham a experiência de se reconhecer como pessoa LGBTQIAPN+, pois os marcadores sociais de raça/cor, classe, geração, orientação sexual e gênero operam de forma interseccional (Pinto *et al.*, 2020). Durante a geração de dados desta pesquisa, foi observado que as relações afetivas entre moradores da ocupação eram predominantemente entre parceiros trans, evidenciando uma base de apoio mútuo e semelhança entre os envolvidos. O conceito de *casal transcentrado* descreve um relacionamento afetivo entre duas pessoas trans, podendo ser heterossexual ou homossexual. Esse entendimento surgiu da própria comunidade trans residente na ocupação, enfatizando a diversidade de conexões entre indivíduos com experiências identitárias compartilhadas. A emergência desse conceito destaca a conscientização sobre a complexidade das identidades trans e valida as experiências afetivas desses indivíduos.

Alguns residentes, em suas experiências como pessoas trans, remetem à busca pela passabilidade, ou seja, a experiência de uma pessoa trans ser percebida e aceita pela

sua autoidentificação de gênero, o que é um aspecto crucial de suas experiências. A passabilidade é entendida como o processo de “desenvolvimento de características físicas e traços corporais que, em última análise, asseguram a capacidade de uma pessoa ser percebida como cisgênera” (Pontes; Silva, 2018, p. 403). O uso desse termo, contudo, tem sido criticado por alguns ativistas transmasculinos, os quais consideram que o conceito de passabilidade remete à concepção de que pessoas trans possam ter o desejo de passarem por algo que não são (Neves, 2020). Propõem, assim, o conceito de leitura social para enfatizar o processo pelo qual as pessoas são percebidas socialmente. Isso é útil, por exemplo, para entender como homens trans negros sofrem toda a carga de racismo que homens cisgêneros negros experienciam cotidianamente (Neves; Peçanha, 2021). Esse conceito, portanto, torna-se potencial para se compreender a interseccionalidade na leitura generificada e racializada de corpos socialmente significados, como os corpos negros LGBTQIAPN+ dos moradores da ocupação.

Os dados apresentados no mais recente Dossiê de Assassinatos elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (Benevides, 2025) evidenciam a presença da transfobia como uma ferramenta tecnológica dentro do contexto do racismo brasileiro. Fenômeno esse intrinsecamente relacionado ao projeto de genocídio direcionado à população negra, sendo notável que as travestis e mulheres trans de origem negra, na sua maioria jovens, continuam a constituir o segmento mais vulnerável, sendo frequentemente assassinadas em espaços públicos e com requintes de crueldade. Uma política pública LGBTQIAPN+ deve, portanto, incorporar gênero a partir de uma perspectiva interseccional, como garantia de uma agenda inclusiva e transformadora das vulnerabilidades intersetoriais que limitam vidas e direitos das pessoas (Malfrán; Oliveira, 2020).

Isso contribui para a efetivação da integralidade, princípio presente tanto nas discussões quanto nas práticas na área da saúde e relacionado à condição integral, e não parcial, de compreensão do ser humano. Ou seja: o sistema de saúde deve estar preparado para ouvir o usuário, entendê-lo inserido em seu contexto social e, a partir

daí, atender às demandas e necessidades dessa pessoa. Os resultados desta pesquisa refletem a complexidade das experiências da população negra LGBTQIAPN+ na ocupação e apontam para a interseccionalidade das questões de gênero, sexualidade e raça. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde e emprego, é agravada pelos fatores socioeconômicos e pelas políticas públicas fragmentadas.

A discriminação racial e o racismo estrutural contribuem para altos níveis de estresse, depressão e ansiedade, afetando negativamente a saúde mental dos moradores da ocupação. O acesso aos serviços de saúde é um desafio adicional, devido à falta de conhecimento específico de profissionais de saúde e à discriminação racial enfrentada por usuários negros LGBTQIAPN+. A perpetuação do racismo é possível na medida em que produz um sistema de explicação específico para as desigualdades e constitui subjetividades insensíveis diante da discriminação e da violência racial (Almeida, 2020).

Peggy McIntosh (1989) relatou que o privilégio branco é como uma mochila invisível sem peso algum, carregada de provisões especiais, mapas, passaportes, senhas, vistos, roupas, ferramentas e cheques em branco. Logo, orientados por uma abordagem inclusiva e comprometida com a equidade, os residentes da ocupação engajam-se em uma variedade de atividades, oficinas e grupos de estudo que reforçam de maneira constante a importância dos enfoques trans, antirracista e antissexista, mesmo tendo total conhecimento de que suas vivências são fruto dessas encruzilhadas identitárias. Percebem, também, que moradores próximos à ocupação desfrutam de privilégios (incluindo a saúde) aos quais eles também têm direito, mas não se encontram na mesma situação de legalidade e branquitude, a qual é tida como uma cor normal e universal (Bento, 2022). Sabe-se que, nos mecanismos estatísticos e nas notificações tanto de saúde quanto nos registros de violência, os campos sobre orientação sexual e identidade de gênero não são necessariamente obrigatórios ou sequer existem para serem preenchidos, o que leva à não intersecção desses com os dados coletados em relação à raça.

Em censos e pesquisas estatísticas, a inclusão de perguntas específicas sobre gênero e orientação sexual são fundamentais para coletar informações precisas sobre a população LGBTQIAPN+, suas condições sociais e econômicas e seu recorte raça/cor. Isso permite uma análise mais aprofundada e interseccional das desigualdades raciais e de gênero, bem como auxilia na formulação e avaliação de políticas públicas mais direcionadas e eficazes. Nesse contexto, os residentes da ocupação em estudo enfrentam a invisibilidade estatística, o que resulta na falta de reconhecimento de suas demandas de saúde, direitos humanos e bem-estar social. Suas identidades de gênero e sexualidade muitas vezes não são adequadamente refletidas nas opções de questionários, o que os marginaliza e exclui da coletividade.

Essa dinâmica também se reflete na falta de representação precisa de sua condição como habitantes do espaço, uma vez que o instrumento de pesquisa utilizado não contempla suas realidades. Todos os residentes da ocupação relataram não terem participado de pesquisas ou estudos, evidenciando um desconhecimento sobre a importância da dinâmica estatística no desenvolvimento de políticas públicas. Isso ressalta a necessidade de ampliar a conscientização e educação sobre a relevância dos dados estatísticos para promover mudanças efetivas. Os dados deste artigo corroboram pesquisas que demonstram que o poder público falha ao desenvolver políticas eficazes direcionadas a residentes de ocupações, o que impacta diretamente a saúde desta população (Rodrigues, 2023) – incluindo a saúde mental – e leva ao aumento da vulnerabilidade vivenciada por corpos negros LGBTQIAPN+.

Com base nos resultados desta pesquisa, podem ser propostas algumas reflexões para a elaboração e a efetivação de políticas públicas censitárias e de saúde realmente inclusivas, que considerem a intersecção entre gênero, sexualidade e raça, em especial no contexto da residência em ocupações urbanas. Tais recomendações incluem:

- (a) ações direcionadas à população negra LGBTQIAPN+ numa perspectiva interseccional;
- (b) formação de profissionais da saúde que possam fornecer uma assistência mais sensível e inclusiva para esse grupo;
- (c) melhoria do acesso de

residentes de ocupações urbanas a serviços de saúde; (d) investimento em programas que promovam a saúde mental e o bem-estar da população negra LGBTQIAPN+; e (e) estímulo à realização de pesquisas que abordem as necessidades em saúde da população negra LGBTQIAPN+ que vivencia outros marcadores de vulnerabilidade (como o acesso à moradia, por exemplo). Espera-se, com estas reflexões, contribuir para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades para essa população, bem como para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade de gênero, sexualidade e raça.

Considerações finais

Este estudo lança luz sobre as questões de saúde relacionadas a grupos específicos, como pessoas negras LGBTQIAPN+ residentes de ocupações, e enfatiza a importância de considerar fatores interseccionais nas pesquisas censitárias e nas políticas de saúde. Os dados analisados neste artigo demonstram que, para os participantes da pesquisa, suas necessidades em saúde estão relacionadas a dimensões de sentido que abrangem a percepção da ocupação como moradia, sua vulnerabilidade socioeconômica, a intersecção gênero/sexualidade/raça e a visão da fragmentação das políticas públicas.

Como contribuições desta pesquisa, destaca-se o apontamento de algumas barreiras que os participantes enfrentam ao acessar serviços de saúde, ressaltando a importância da abordagem interseccional, reconhecendo que as identidades múltiplas dos indivíduos têm um impacto significativo em suas vidas. Ao documentar as experiências dos moradores da ocupação, a pesquisa valida as vozes e as vivências da população em foco, aumentando a conscientização sobre suas necessidades e os desafios que enfrentam em relação à moradia e ao bem-estar social, aspectos que afetam sua saúde mental.

Uma possível limitação deste estudo está relacionada ao reduzido número de participantes, que foi de apenas quatro pessoas. É importante considerar que o contexto de geração dos dados, ocorrido durante a pandemia de Covid-19, afetou a quantidade de residentes da ocupação em que a pesquisa foi realizada, pois alguns moradores tiveram condições de retornar a casas de parentes e familiares, buscando uma rede de apoio mais fortalecida durante o período pandêmico, em especial por questões econômicas advindas da dificuldade na empregabilidade. Acredita-se, contudo, que os resultados obtidos nesta pesquisa podem contribuir para o entendimento das complexas questões de saúde enfrentadas por grupos específicos, destacando áreas que exigem mais investigação e ação para promover a equidade na prestação de serviços de saúde. O estudo, portanto, tem potencial para que se possa compreender a relação entre o local e o global, pois muitos dos achados aqui apresentados corroboram a complexa vulnerabilidade em que vivem pessoas negras LGBTQIAPN+ no Brasil e em outros países.

Estudos futuros, com um número maior de participantes, podem colaborar para compreender a diversidade de experiências e perspectivas que vivem moradores de ocupações urbanas. Essas possibilidades podem preencher lacunas de conhecimento e fornecer informações mais detalhadas sobre as questões de saúde e bem-estar da população em foco, além de contribuir para a formulação de políticas censitárias e de saúde mais eficazes e equitativas que garantam a cidadania de pessoas negras LGBTQIAPN+.

Referências

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade.** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ALMEIDA, S. P.; TORRES, L. M.; SIMIM, D. A.; PAULA, P. P.; SOUZA, N. M. Percepção dos moradores de uma ocupação urbana sobre o “empoderamento” em saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 125, p. 335-348, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012504>. Acesso em: 25 mar 2025.
- ANDRADE, M. D.; PINTO, E. R. G. C. Políticas públicas para a articulação de gênero e raça: meios para garantir a representatividade política e jurídica da mulher negra no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 295-316, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6772>. Acesso em: 25 mar 2025.
- BENEVIDES, B. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria n. 992, de 13 de maio de 2009. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Brasília, DF: 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, DF: 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lebisicas_gays.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Thematic analysis. In: HOOPER, H. (Ed.). **APA Handbook of Research Methods in Psychology, Vol. 2.** 2. ed. Washington: American Psychological Association, 2012. p. 57-71. DOI: <https://doi.org/10.1037/13620-004>. Acesso em: 25 mar 2025.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, Londres, v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>. Acesso em: 25 mar 2025.
- CARNUT, L.; FERRAZ, C. B. Necessidades em(de) saúde: conceitos, implicações e desafios para o Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 129, p. 451-466, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112916>. Acesso em: 25 mar 2025.
- FAGANELLO, C. P.; GUEDES, I. P. Lanceiros negros: a formação de uma ocupação urbana que reivindica uma política pública de moradia em prédios públicos desocupados. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 16, n. 31,

p. 144-176, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36704/ppp.v16i31.7392>. Acesso em: 25 mar 2025.

FREITAS, G. C.; FLORES, J. A.; CAMARGO JR., K. R. “Necessidades de saúde”: reflexões acerca da (in)definição de um conceito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 1, e200983, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200983>. Acesso em: 25 mar 2025.

GOES, F. L.; VIEIRA, M. G. F.; REIS, T. R.; OLIVEIRA, F. A. P.; LUNELLI, I. C. **Atlas das periferias no Brasil:** aspectos raciais de infraestrutura nos aglomerados subnormais. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-023-3>. Acesso em: 25 mar 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/concla/composicao/1397-fundacao-instituto-brasileiro-de-geografia-e-estatistica.html>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MALFRÁN, Y. M.; OLIVEIRA, J. M. Un abordaje interseccional de la ciudadanía *trans* en Cuba. **Revista Psicología Política**, Florianópolis, v. 20, n. 48, p. 448-461, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n48/v20n48a14.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MCINTOSH, P. White privilege: unpacking the invisible knapsack. **Peace and Freedom Magazine**. Filadélfia, PA: Women's International League for Peace and Freedom, jul./ago. 1989. p. 10-12. Disponível em: <https://nationalseedproject.org/Key-SEED-Texts/white-privilege-unpacking-the-invisible-knapsack>. Acesso em: 31 jan. 2024.

NAKANO, A. K.; GONÇALVES, T. A. Os espaços representacionais das ocupações urbanas na intersecção entre as lutas macro e micropolíticas. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, São Paulo, v. 14, e20210281, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210281>. Acesso em: 25 mar 2025.

NERY, D. S. P. A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe. **PerCursos**, Florianópolis, v. 24, e0312, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0312>. Acesso em: 25 mar 2025.

NEVES, B. A. **Hospitalidade transmasculina e envelhecimento:** redes de conversações na/com a saúde e a educação. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/18019>. Acesso em: 31 jan. 2024.

NEVES, B. A.; PEÇANHA, L. M. Os desafios das transmasculinidades no ambiente educacional: violências e intersecções. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 4, n.13, p. 146-160, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2021.13.12397>. Acesso em: 25 mar 2025.

PAVELTCHUK, F. O.; DAMÁSIO, B. F.; BORSA, J. C. Impact of sexual orientation, social support and family support on minority stress in LGB people. **Trends in**

Psychology, Ribeirão Preto, v. 27, n. 3, p. 735-748, 2019. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2019.3-10>. Acesso em: 25 mar 2025.

PINTO, I. V.; ANDRADE, S. S. A.; RODRIGUES, L. L.; SANTOS, M. A. S.; MARINHO, M. M. A.; BENÍCIO, L. A.; CORREIA, R. S. B.; POLIDORO, M.; CANAVESE, D. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, e200006, 2020. Supl. 1. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>. Acesso em: 25 mar 2025.

PONTES, J. C.; SILVA, C. G. Cisnatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 8, p. 396-417, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>. Acesso em: 25 mar 2025.

QUINTANS, M. T. D.; SILVA, R. L. G.; SOBRINHO, T. C. Despejos e luta pelo direito à moradia na pandemia: resistências femininas na experiência da Ocupação Novo Horizonte. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1897-1916, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68937>. Acesso em: 25 mar 2025.

RODRIGUES, B. S. “**Bom é ter um teto sobre a cabeça dos meus filhos**”: percepções de residentes de uma ocupação urbana sobre saúde e moradia. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/61159>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SALIS, A. C. L.; SALIS, A. M. L.; ERCOLIN, L. “Mais cor, por favor!” Estudo de caso: uma reflexão sobre atendimentos de lactação sob uma perspectiva LGBTQIAPN+. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 10, 2022. Ed. 224. DOI: <http://dx.doi.org/10.35265/2236-6717-224-12204>. Acesso em: 25 mar 2025.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VIANNA, C. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>. Acesso em: 25 mar 2025.

WINCKLER, M. G. S.; ZIONI, F.; JOHNSON, G. A. Necessidades de saúde: uma análise temporal sobre as representações sociais do conceito. **Physis: Revisa de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, e310329, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310329>. Acesso em: 25 mar 2025.

Health necessities of LGBTQIAPN+ black population living in an urban occupation

Abstract: The promotion of equity and inclusion is a global priority. In this context, the shortage of research that investigates specific demands, such as those of LGBTQIAPN+ black population living in urban occupations, is especially meaningful, considering the complexities of the intersection of factors that shape these people's health experiences. The objective of this study was to analyze health necessities of LGBTQIAPN+ black population living in urban occupations. Additionally, it was intended to reflect on how data collected in this context may affect public policies. To do so, the complexities of the intersectionality of gender and race and its relationship with social mechanisms of care were investigated. Based on a qualitative approach, this study included ethnographic insertion and the conduction of semi structured individual interviews with four residents of an urban occupation in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. For data analysis, reflexive thematic analysis (TA) was adopted as the theoretical and methodological framework. From a bottom-up analysis of the data, TA allowed the identification of four main themes: occupation as housing; socioeconomic vulnerability; gender, sexuality, and race; and public policies. Each theme generated the identification of subthemes of analytical character, which are related to the occupation residents' mental health. This study may contribute to strengthen and qualify research approaches and statistic surveys that involve communities in irregular housing situations, as well as to promote the visibility of themes related to gender, race, and health in an intersectional perspective.

Keywords: Occupation. Gender. Race. Intersectionality. Health.

Recebido: 24/06/2024

Aceito: 15/04/2025